

GÊNERO E TRABALHO

NADYA ARAUJO GUIMARÃES

USP/CEBRAE

Estudos de gênero e estudos do trabalho são dois campos temáticos que, na história das ciências sociais no Brasil, uniram-se em uma permanente fertilização recíproca, para brincar com os termos da metáfora sem pôr em questão a sua pertinência. Foi graças aos estudos de gênero, em sua criadora maneira de interpelar a pesquisa da sociologia brasileira do trabalho, que esta aguçou a sua capacidade interpretativa, desafiou teorias solidamente estabelecidas e fez interlocução intensa entre acadêmicos/as e militantes, afinando o modo de captar as diferentes dimensões do seu objeto. Formas de situar-se no mercado de trabalho, de viver as experiências ocupacionais, de desafiar o imaginário gerencial e sindical, e de articular vida no trabalho e fora dele são alguns dos temas que pautaram a agenda dos nossos estudos acadêmicos ao longo de toda a segunda metade do século passado, e em cuja abordagem os estudos feministas foram agentes de emulação quase desde a primeira hora em que se institucionaliza uma sociologia do trabalho entre nós.

O que pode ela, agora, oferecer à reflexão feminista? Diante do amplo leque de possibilidades, optamos por destacar um tema desafiante e um estilo de abordagem. O tema? As novas fronteiras da desigualdade. O estilo de abordagem? Os estudos comparativos.

Mas analisar padrões de desigualdades tem sido uma constante nos estudos de gênero; sendo assim, por que fazer desse o nosso centro de confluência, a nuclear o conjunto de reflexões com as quais brindamos o/a nosso/a leitor/a? Explorar novas fronteiras das desigualdades de gênero, suas formas atuais de expressão, pode ser particularmente convidativo depois de uma década em que profundas transformações ocorreram na organização do mercado de trabalho, das firmas e do tecido produtivo, virando de ponta-cabeça a estrutura das empresas, a organização e gestão dos seus negócios, os seus padrões de competição e a geografia das suas unidades de produção de bens e de serviços. Nesse caminho, foram levadas de roldão algumas das nossas mais caras construções analíticas, cujos limites foram postos em suspensão pela eficácia duvidosa da métrica que neles se continha. Dois exemplos apenas. Perdemos a inocente tranqüilidade com que distinguíamos até aqui os setores de atividade econômica e a colegial certeza que tornava insofismável a diferença entre indústria e serviços. Perdemos igualmente o instrumento de medida preciso, forjado na norma salarial, que nos permitia distinguir a condição dos indivíduos no mercado de trabalho, facilmente identificando os ocupados, os desempregados e os inativos; nossos/as desempregados/as, agora, trabalham mais

que sempre; nossos/as ocupados/as têm biografias temperadas pelo risco permanente do desemprego; e nossos/as inativos/as, longe de portarem, gloriosos, os seus pijamas, findo um longo ciclo de vida ocupacional, esgrimem formas e relações de trabalho cada vez mais exóticas em face do que pensáramos como típico de uma sociedade capitalista.

Mas justamente esse movimento, convivente no caso brasileiro com a intensificação do acesso de mulheres ao mercado de trabalho, criara um amplo leque de expectativas sobre os padrões de inclusão daquelas recém-chegadas. Se os ambientes reestruturados eram intensos em demandas de conhecimentos, não eram elas as mais escolarizadas? Se eram ciosos da produção do envolvimento e do compromisso, docilmente tecido com os alvos gerenciais a alcançar, não eram elas a personificação, no (nosso) imaginário, da delicadeza, da dedicação à tarefa e do compromisso com a instituição de acolhida? Se era preciso personificar e enraizar as relações sócio-profissionais, interpelar o trabalhador enquanto sujeito individual (usando do recurso ao pleonasma) livre das injunções das demandas coletivas e da militância classista, não eram elas as que haviam sido esquecidas pelos sindicatos, aquele mundo definitivamente masculino?

A ingenuidade das expectativas de partida tinha pernas curtas e logo ficava evidente que, se o acesso de mulheres a ocupações antes “masculinas” oxigenava terrenos-chave onde se tecem as interações e se estabelecem as formas de sociabilidade, no trabalho e fora dele, tal acesso distava muito, tanto de exprimir igualdade de oportunidades e de eliminar as marcas da segregação (ocupacional, salarial, simbólica), promovendo a almejada equidade de gênero na esfera pública, como de alavancar de modo exaustivo todo um genérico grupo – as mulheres. Ao contrário, passam a existir novas formas de distinguir, material e simbolicamente, não somente os homens e as mulheres, mas também diferenciar as relações de trabalho em que se inserem, os destinos ocupacionais que almejam e alcançam, os padrões salariais que lhes são atribuídos e as expectativas sociais construídas entre os que classificamos como “homens” e as que classificamos como “mulheres”. Desigualam-se, de uma nova forma, homens e mulheres.

Os quatro textos que compõem esta nucleação sobre gênero e trabalho procuram enfrentar esse desafio sob diferentes pontos de vista: da maneira como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho (Purcell), dos itinerários sócio-profissionais (Georges), do imaginário gerencial (Abramo) e das desigualdades dos rendimentos (Biderman e Guimarães). Em comum a tão diferentes pontos de vista uma forma de abordar: construindo comparações e contextualizando-as. Entre homens e mulheres, por certo, dado ser impossível caracterizar vicissitudes dessas sem intuí-las de modo contrastado com padrões de inclusão, percursos e representações daqueles. Mas, mais que isso, cada texto desafia esse viés e desnaturaliza as categorias “homem” e “mulher”, mostrando como, em sua heterogeneidade interna, elas são perpassadas por outras perfunções e estatutos, centrais ao entendimento das suas condições de trabalho e da forma de ali viverem as relações de gênero: jovens e idosas/os, mais ou menos qualificadas/os, com mais ou menos filhos (no caso de Purcell); francesas ou alemãs, mais velhas ou mais moças, de origem humilde ou afluente (Georges); brancas/os ou negras/os, ricas/os e pobres (Biderman e Guimarães). No intuito de romper com entendimentos unívocos que tornam essas categorias monolíticas, encerradas em si mesmas e alimentadas por alguma essência que lhes seria própria (aos homens ou às mulheres), avançamos ilustrando como “imagens de gênero”, fortemente vigentes nas representações sociais, mas também nas representações empresariais e dos próprios trabalhadores/as, constroem uma certa representação da mulher e do “feminino” em seu elo com o trabalho, a qual tem sólida estruturação e notável vigência no imaginário de quem seleciona, recruta, remunera, qualifica, promove e demite (Abramo), condicionando chances e possibilidades de explicação de destinos, projetos e anseios.